



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Macaé  
Instituto de Previdência Social  
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
Concessão de Benefícios em Matéria  
Previdenciária de Complexidade



1 **ATA Nº 03/2026 – Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de Concessão de**  
2 **Benefícios em Matéria Previdenciária de Complexidade – 22/01/2026** - Ata de  
3 Reunião da Comissão Previdenciária do Instituto de Previdência Social do Município de  
4 Macaé – Macaeprev, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.567.964/0001-04, sediado à Rua  
5 Tenente Rui Lopes Ribeiro, duzentos e noventa e três, Centro, Macaé, Rio de Janeiro,  
6 realizada às dezessete horas do dia vinte e dois de janeiro de dois mil e vinte e seis, na qual  
7 reúnem-se os membros da Comissão Previdenciária instituídos através da portaria de  
8 nomeação nº 001/2025 do Macaeprev: **Adilson Gusmão dos Santos (Presidente),**  
9 **Carolina Quintino Teixeira Benjamin, Daniel Barros Valdez, Héli da Márcia da Costa**  
10 **Mendonça Damasceno, Jessé Silveira de Souza Junior, Priscila Rosemere Bassan de**  
11 **Mello Vasconcellos, Rodrigo de Oliveira Cavour, Túlio Marco Castro Barreto.**  
12 **ABERTURA:** Foi realizada a chamada pelo Presidente **Dr. Adilson Gusmão dos Santos**  
13 estando todos os membros presentes. Logo após, foi tratado o seguinte tema: **Processo**  
14 **Administrativo nº 311.586/2025, Pedido de Revisão de Aposentadoria – Servidor**  
15 **Aposentado Sr. Ubiraci Pinheiro Brandão, Matrícula nº 2.466, Cargo Fiscal Coletivo –**  
16 **Nível VII – Padrão C – Apensado a este o Processo de Aposentadoria nº 214/2001 –**  
17 **Pedido de Aposentadoria/Servidor Civil e os Processos PMM nº 31.100/2004,**  
18 **40.270/2012, Processo Macaeprev nº 1508/2012. INTRODUÇÃO –** O presidente, **Dr.**  
19 **Adilson Gusmão**, relatando que a análise em questão tem por objeto o pedido de revisão  
20 dos cálculos de aposentadoria formulado pelo servidor aposentado Sr. Ubiraci Pinheiro  
21 Brandão, Fiscal de Coletivos, matrícula 2.466, protocolado em 26 de setembro de 2025 (fl.  
22 02). O referido pedido foi encaminhado à Comissão por determinação do Diretor  
23 Previdenciário, Dr. Júlio Cesar Viana Carlos, conforme despacho datado de 03 de outubro  
24 de 2025 (fl. 04), o qual assim dispõe: “Trata-se de solicitação de **REVISÃO DE CÁLCULOS**  
25 **DE APOSENTADORIA**, formulada pelo Sr. Ubiraci Pinheiro Brandão, Fiscal de Coletivos,  
26 *matrícula nº 2.466, protocolada em 26 de setembro de 2025. O requerente solicita, em*  
27 *petição de fl. 02, a revisão dos cálculos de sua aposentadoria, em razão da publicação da*  
28 *Lei Complementar nº 351/2025. Cabe ressaltar que o servidor foi aposentado por tempo de*  
29 *contribuição e idade, por meio da Portaria nº 949/2004, em conformidade com o Decreto nº*  
30 *065/2003, posteriormente alterado pelo Decreto nº 098/2005 e pela Lei Complementar nº*  
31 *051/2005, a ser custeado com base na alínea “a”, inciso I, do art. 8º, combinado com o*

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.





Estado do Rio de Janeiro  
Município de Macaé  
Instituto de Previdência Social  
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
Concessão de Benefícios em Matéria  
Previdenciária de Complexidade



32 inciso I, do art. 19, da Lei nº 1998/99, conforme parecer exarado no processo protocolado  
33 sob nº 31100/2004. Diante do exposto, solicita-se a esta Comissão que proceda à análise e  
34 manifestação, a fim de verificar se o servidor faz jus à revisão pretendida, nos termos da  
35 legislação recentemente editada." A Comissão passa a examinar o pedido de revisão à luz  
36 da Lei Complementar nº 351/2025, bem como da legislação previdenciária vigente,  
37 observando os seguintes aspectos: **Legitimidade:** Se o servidor atende aos requisitos legais  
38 para requerer a revisão da aposentadoria. **Mérito:** Se há fundamento jurídico para a  
39 concessão da refixação, considerando as novas normas e as particularidades do caso.  
40 **Procedimentos:** Se o pedido foi formalizado conforme as normas e procedimentos  
41 aplicáveis. **1)** Os membros, em análise ao Processo Administrativo nº 214/2001 (protocolo  
42 TCE/RJ nº 260.393-1/04), ressaltam que examinaram integralmente o processo de  
43 aposentadoria, com destaque aos seguintes pontos: **a) Data do Requerimento:** O servidor  
44 protocolou o pedido de aposentadoria em 19 de outubro de 1999; **b) Certidão de Tempo de**  
45 **Contribuição:** Acostado, às fls. 04, a certidão do INSS nº 17726005-100009/99-4, que  
46 averba exclusivamente períodos de atividade na iniciativa privada e recolhimentos na  
47 condição de contribuinte individual; **c) Tempo de Serviço Municipal:** Conforme o Mapa de  
48 Tempo de Serviço acostado às fls. 08, o servidor exerceu funções nesta municipalidade no  
49 período de 08/05/1989 a 24/08/2001, totalizando 4.672 dias (correspondentes a 12 anos, 09  
50 meses e 22 dias); **d) Enquadramento A lei 1998/99:** Acostados em fls. 22, despacho  
51 exarado pelo então servidor a época, Sr. Orlando Faturini Filho, informando que, conforme  
52 levantamento da Divisão de Pessoal, o servidor Ubiraci Pinheiro Brandão integra o Inciso 2  
53 da Lei nº 1998/99 e o Art. 8º, item II, do Plano de Custeio de Previdência deste município; **e)**  
54 **Manifestação Técnica:** Acostado em fls. 25, despacho do então Diretor de benefícios à  
55 época, Sr. Rui de Vasconcellos, encaminhado ao Diretor Superintendente, nos seguintes  
56 termos: "Informamos que é procedente o pedido de aposentadoria por tempo de serviço e  
57 idade do servidor UBIRACI PINHEIRO BRANDÃO (Matrícula 2466, Fiscal de Coletivo, Nível  
58 VII, Padrão C, Quadro Suplementar 'A', Regime Estatutário), fundamentado no art. 69 da LC  
59 nº 015/99 e art. 8º da EC nº 20/98, sob a responsabilidade do MACPREVI, conforme art. 8º,  
60 II, 'a' c/c art. 19, II, da Lei nº 1.998/90. Os proventos integrais deverão vigorar a partir da  
61 publicação do respectivo ato." **f) Ato de Concessão:** Acostado às fls. 30, registra-se a  
62 Portaria nº 003/2002, expedida pelo então Prefeito, Sr. Sylvio Lopes Teixeira, publicada no





Estado do Rio de Janeiro  
Município de Macaé  
Instituto de Previdência Social  
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
Concessão de Benefícios em Matéria  
Previdenciária de Complexidade



63 Jornal O DEBATE em 04 de janeiro de 2002 (pág. 06). O ato concedeu a aposentadoria por  
64 tempo de serviço e idade com base no art. 69 da LC nº 015/99 e art. 8º da EC nº 20/98, em  
65 conformidade com as normas do MACPREVI e da Lei nº 1.998/90; **g) Fixação de**  
66 **Proventos:** Acostado, às fls. 31 e 32, a apostila de fixação de proventos, publicada no  
67 Macaé Jornal em 26 de janeiro de 2002, composta pelas seguintes rubricas: conforme  
68 transcrito: "(...) Vencimento-base, atribuído ao cargo de Fiscal de Coletivo, Nível VII, Padrão  
69 C, Quadro Suplementar "A" do Regime Estatutário, de acordo com a Lei Complementar n.º  
70 019/2000 de 12.07.2000, Lei n.º 2.110/2001 de 22.05.2001 e Decreto n.º 064/2001 de  
71 26.07.2001.....R\$ 617,49 - 20% do vencimento-base, a título de Adicional por Tempo de  
72 Serviço a razão de 5% por triênio de exercício efetivo, de acordo com o artigo 49 da Lei  
73 Complementar n.º 011/98 de 29.12.98.....R\$ 123,49 - 30% do vencimento-base, a título de  
74 Adicional de Risco de Vida, de acordo com o Artigo 192, da CLT, inciso IV, Artigo 44  
75 combinado com o parágrafo único do artigo 45, da Lei Complementar n.º 011/98 de 29.12.98  
76 e § 7º, Artigo 20, da Lei Orgânica do Município de Macaé de 05.04.90 – (Sobre R\$ 617,49)  
77 R\$ 185,24 - Média dos 12 últimos meses de produtividade (Prêmio Mínimo), a título de  
78 Adicional de Produtividade, conforme artigo 21 do Ato das Disposições Transitórias da Lei  
79 Orgânica do Município de Macaé, incorporada aos proventos conforme artigo 8º combinado  
80 com o artigo 6º da Lei nº 952/85, 20.09.85 (Média dos 12 últimos meses de produtividade)  
81 R\$ 257,24"; **h) Pedido de Retificação:** Acostado nas fls. 34, o requerente solicita a revisão  
82 do benefício conforme transcrito: "Venho por meio deste requerer que minha aposentadoria  
83 requerida através do processo n.º 214/01 e concedida através da portaria n.º 003/2002, de  
84 03.01.2002, seja retificada utilizando as regras de aposentadoria anteriores a Emenda  
85 Constitucional n.º 20, tendo em vista que em 15/12/1998, já possuía todos os requisitos  
86 necessários para a concessão da mesma."; **i)** Acostado em folhas 50, Certidão  
87 Discriminativa dos Assentamentos Funcionais conforme transcrito: "**CONTRATADO**, no  
88 período de 12.05.89 a 31.12.89, pelo prazo de 234 dias na função de Fiscal de Coletivo, com  
89 lotação na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, conforme Portaria n.º 204/89.  
90 **PRORROGADO**, no período de 01.01.90 a 31.03.90, o seu contrato de trabalho, conforme  
91 Portaria n.º 329/89 de 29.12.89. **RECLASSIFICADO**, a partir de 01.01.92, na função de  
92 Fiscal de Coletivo "VP" (Vantagem Pecuniária), conforme Lei n.º 1.337/92 de 27.01.92.  
93 **TRANSFORMADO**, em 01.12.92, o emprego em cargo público de Fiscal de Coletivo "VP",

3



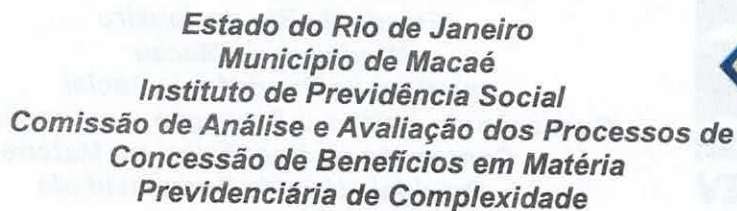


Estado do Rio de Janeiro  
Município de Macaé  
Instituto de Previdência Social  
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
Concessão de Benefícios em Matéria  
Previdenciária de Complexidade



94 no Regime Estatutário, tendo em vista termo de opção e aprovação no Concurso Público,  
95 conforme Portaria n.º 348/92 de 01.12.92. **ASSEGURADO**, aos proventos de inatividade, a  
96 percepção do valor do vencimento correspondente ao cargo de Fiscal de Coletivo "VP", do  
97 Regime Estatutário, conforme Lei n.º 1.337/92 de 27.01.92, Portaria n.º 348/92 de 01.12.92 e  
98 Lei n.º 036/98 de 01.05.98. **ADICIONAIS E GRATIFICAÇÕES: CONCEDIDO**, a partir de  
99 12.05.92, 05% (cinco por cento) do vencimento, por triênio a título de Adicional por Tempo  
100 de Serviço, conforme Portaria n.º 260/92. **CONCEDIDO**, a partir de 12.05.95, 10% (dez por  
101 cento) do vencimento, por triênio a título de Adicional por Tempo de Serviço, conforme  
102 Portaria n.º 277/95. **ASSEGURADO**, aos proventos de inatividade, a inclusão de 10% (dez  
103 por cento) a razão de 5% (cinco por cento) por cada triênio, sobre o vencimento, a título de  
104 Adicional por Tempo de Serviço e de acordo com o Artigo 19, e seu parágrafo único da Lei  
105 1.085/87 de 30.10.87 e Artigo 49 da Lei Complementar n.º 011/98, de 29.12.98."; **j)**  
106 Acostado em folhas 51, o Mapa de tempo de Serviço no qual o servidor trabalhou nesta  
107 municipalidade o período compreendido de 08/05/1989 a 14/12/1998 ou seja 3.688 dias, ou  
108 seja 10 (dez) anos, 01 (um) mês e 08 (oito) dias, datado em 11/06/2003; **k)** Acostado em  
109 folhas 78, solicitação do Diretor de benefícios a época para o Diretor Superintendente a  
110 época para a publicação de nova portaria considerando a solicitação do servidor, conforme  
111 transcrito: "Informamos a V. Sa. que é procedente o pedido do servidor Sr. UBIRACI [DE  
112 OLIVEIRA] BRANDÃO, Matrícula 2466, no que se refere as regras adotadas para a  
113 concessão de aposentadoria por Tempo de Serviço e Idade, de acordo com a Portaria n.º  
114 003/2002, de 03/01/2002, tendo em vista que em 14.12.1998 o mesmo já possuía todos os  
115 requisitos necessários para a concessão de sua aposentadoria de acordo com o disposto no  
116 Art. 3º, da Emenda Constitucional n.º 20. Pelo exposto solicito autorização de V. Sa. para  
117 retificação da Portaria acima citada alterando a fundamentação legal para: em conformidade  
118 com a letra a, inciso III, Art. 40, da Constituição Federal, a partir de 14 de dezembro de  
119 1998, com provento mensal conforme parcelas discriminadas abaixo: - Vencimento-base,  
120 atribuído ao cargo de Fiscal de Coletivo "VP", Quadro Permanente do Regime Estatutário,  
121 de acordo com a Lei nº 1085/87 de 30.10.87, Lei 1337/91, Decreto nº 078/87 de 20.11.87 e  
122 Decreto nº 036/98 de 11.05.98.....R\$ 441,28 - 15% do vencimento-base, a título de  
123 Adicional por Tempo de Serviço, de acordo com o artigo 19 da Lei nº 1085/87.....R\$ 66,19  
124 - Gratificação de Produtividade Fiscal (Prêmio Mínimo Mensal), conforme artigo 21 do Ato



[illegible]

INÍCIO	TÉRMINO	DIAS	EMPREGADOR	REGIME	INSTITUTO
01.01.1961	30.04.1989	9.801	Iniciativa Privada	Celetista	INSS (Certidão de fls. 03 e 04).
08.05.1989	30.11.1992	1.303	Prefeitura de Macaé	Celetista	INSS
01.12.1992	14.12.1998	2.205		Estatutário	MACPREVI
		180	Licença Prêmio *		
TOTAL		13.489	anos e 11 meses e 19 dias).		

Art. 137, Lei nº 567/77, de 14.01.1977

m) Acostado em fls. 85 a 93, as fichas financeiras do servidor relativas ao período de 1993 a 2001. Da análise detalhada desses documentos, verifica-se a ausência de recebimento da verba "Produtividade" entre os anos de 1993 e 1998, tendo o seu pagamento iniciado apenas em janeiro de 1999. Nesse sentido, observa-se uma incongruência na Portaria nº 143/2004 (publicada em 17/02/2004 no Jornal O DEBATE, Edição nº 5212), que incluiu a referida gratificação nos proventos. Considerando que o servidor requereu, às fls. 34, a retroatividade da aposentadoria a 14 de dezembro de 1998 — data em que ainda não percebia tal vantagem — o servidor, em tese e salvo melhor juízo (smj), não faria jus à incorporação da verba nos moldes pleiteados, dada a inexistência do recebimento na data-base da fixação do direito. n) Acostado em folhas 115, solicitação para emissão de nova portaria, com efeitos retroativos a 18 de junho de 2003, visando a inclusão do Adicional de Risco de Vida. O documento detalha a revisão dos proventos do servidor UBIRACI PINHEIRO BRANDÃO (Matrícula 2466), conforme Processo Administrativo PMM nº 31100/2004, apresentando a seguinte composição: *"Solicitamos a V. Sa. o envio deste ao Gabinete do Prefeito para a expedição e publicação de Portaria refixando a partir de 18 de junho de 2003, o provento da aposentadoria do servidor Sr. UBIRACI PINHEIRO BRANDÃO, Matrícula 2466, concedida através da Portaria n.º 003/2002 e fixado através da Portaria n.º 494/2004, com a inclusão no mesmo do "Adicional de Risco de Vida", em*





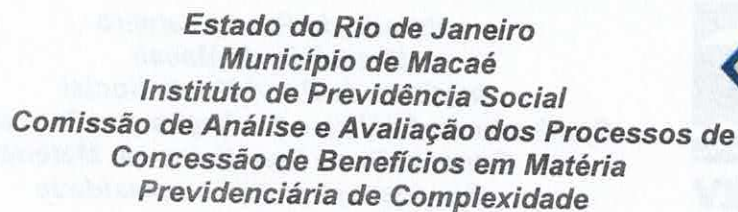
Estado do Rio de Janeiro  
Município de Macaé  
Instituto de Previdência Social  
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
Concessão de Benefícios em Matéria  
Previdenciária de Complexidade



conformidade com o Decreto n.º 065/2003 modificado pelo Decreto n.º 098/2005 e Lei Complementar n.º 051/2005, a ser custeado de acordo com a alínea a, inciso I, artigo 8.º combinado com o inciso I, artigo 19, da Lei n.º 1998/99, conforme Processo PMM n.º 31100/2004. - Vencimento atribuído ao cargo de Fiscal de Coletivo, Nível VII, Padrão C, Quadro Suplementar "A", Regime Estatutário, de acordo com a Lei Complementar n.º 019/2001, Decreto n.º 064/2001 e Lei n.º 2.338/2003.....R\$ 826,20 - 15% do vencimento, a título de Adicional por Tempo de Serviço, de acordo com o artigo 19 da Lei n.º 1.085/87.....R\$ 123,93 - Gratificação de Produtividade Fiscal (Prêmio Mínimo Mensal), conforme artigo 21 do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município de Macaé, artigo 6º da Lei nº 952/85 combinado com o Art. 1º da Lei 1.266/91.....R\$ 345,83 - 30% do vencimento, a título de Adicional de Risco de Vida, de acordo com o Decreto n.º 065/2003, modificado pelo Decreto n.º 098/2005 e Lei Complementar n.º 051/2005.....R\$ 247,86 TOTAL.....R\$ 1.543,82"

k) A referida revisão foi formalizada pela Portaria nº 1652/2005 (acostada às fls. 117 e 118), publicada no Jornal O DEBATE em 26 de outubro de 2005; o) Acostado em folhas 121 a 131, os comprovantes de envio do presente processo ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ). O registro da Corte de Contas, acompanhado de determinação específica sobre o Processo TCE/RJ nº 260.393-1/04, foi formalizado em 06 de julho de 2006; 2) Os membros após todo exposto ressalta que considerando que o servidor em epígrafe teve sua aposentadoria inicialmente concedida pela Portaria nº 003/2002. Posteriormente, solicitou a retificação do ato para que fossem aplicadas as regras anteriores à Emenda Constitucional nº 20/98, alegando direito adquirido em 14/12/1998. No qual a obteve o pedido atendido, sendo editando a Portaria nº 143/2004, com efeitos retroativos a 14 de dezembro de 1998. Nesta fixação, incluiu-se a "Gratificação de Produtividade Fiscal (Prêmio Mínimo Mensal)" no valor de R\$ 218,21. Entretanto, observa-se em análise das fichas financeiras (fls. 85 a 93) demonstrar que o servidor não percebia tal verba entre os anos de 1993 e 1998, passando a recebê-la apenas em janeiro de 1999; 3) Os membros ressaltam quanto a análise se fundamenta nos seguintes pontos: 3.1) **Do Direito à Paridade vs. Requisito de Percepção na Atividade:** Ressalta-se que embora a Emenda Constitucional nº 20/98 e o Art. 3º assegurem a paridade e a integralidade para aqueles que completaram os requisitos até 15/12/1998, a incorporação de gratificações de desempenho



[illegible]

Elemento de Análise	Situação Identificada no Processo	Critério da LC nº 351/2025	Status de Conformidade
<b>Data do Direito Adquirido</b>	Fixada em <b>14/12/1998</b> conforme Portaria nº 143/2004.	Marco para apuração da remuneração do cargo efetivo.	<b>Referência Base</b>
<b>Recebimento da Produtividade</b>	Início apenas em <b>janeiro/1999</b> , conforme fichas financeiras (fls. 85-93).	Exige média proporcional aos anos completos de <b>recebimento e contribuição</b> .	<b>Irregular</b>
<b>Cálculo da Média</b>	Verba incluída pelo valor integral/mínimo sem apuração de média histórica.	Deve ser a média aritmética simples das maiores remunerações (80% do período).	<b>Inconsistente</b>
<b>Base Contributiva</b>	Inexistente para esta verba até dezembro de 1998.	A verba só integra o cálculo se houve base para contribuição ao regime de previdência.	<b>Sem Amparo</b>





Estado do Rio de Janeiro  
Município de Macaé  
Instituto de Previdência Social  
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
Concessão de Benefícios em Matéria  
Previdenciária de Complexidade



Período de Apuração	Retroativo a 1998.	Apuração a partir de julho de 1994 ou início da contribuição, se posterior.	Descumprido
---------------------	--------------------	---	-------------

Elaborado para Comissão

6) Os membros ressaltam que conforme o Art. 1º, inciso II da Lei Complementar nº 353/2025: A inclusão de vantagens permanentes variáveis (Produtividade) nos proventos de aposentadoria está estritamente condicionada à **média aritmética simples** das contribuições do servidor. Tal cálculo deve ser obrigatoriamente proporcional ao número de anos completos de **efetivo recebimento e respectiva contribuição** em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria. Desta forma, considerando que a referida lei municipal entrou em vigor na data de sua publicação, em **26 de junho de 2025**, e revogou as disposições anteriores (LC nº 338/2024), a fixação da vantagem de produtividade retroativa a 1998 — período em que não havia recebimento nem contribuição sobre a rubrica — carece de sustentação fática e legal. O "Ato da Média" para o período pleiteado resulta em valor nulo, visto que a vantagem não integrava a remuneração de contribuição do servidor no marco temporal do direito adquirido. **CONCLUSÃO:** Diante do exposto, por unanimidade, os membros da Comissão sugerem pelo **INDEFERIMENTO** do pedido formulado pelo servidor Sr. Ubiraci Pinheiro Brandão, e sugerem que a Diretoria Previdenciária adote as seguintes providências: **1)** Que seja dado ciência ao servidor acerca do teor desta Ata. **2)** Seja encaminhado a devida ata ao Presidente para ciência. Nada mais havendo, às dezoito horas e trinta minutos foi dada como encerrada esta reunião, na qual eu, Priscila Rosemere Bassan de Mello Vasconcellos, lavrei a presente Ata sendo assinada por mim e pelos demais Membros presentes que estão de acordo com a presente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Adilson Gusmão dos Santos

Carolina Quintino Teixeira Benjamin

Daniel Barros Valdez

Hélida Márcia da C. Mendonça Damasceno

Jesse Silveira de Souza Junior

Priscila Rosemere B. de M. Vasconcellos

Rodrigo de Oliveira Cavour

Túlio Marco Castro Barreto